

b) Quando envolva a assunção de compromissos ou encargos financeiros que não estejam delegados ou subdelegados.

3 — As competências a que se referem os números anteriores são delegadas:

a) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte, licenciado Fernando Lucas Martins de Oliveira;

b) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, licenciado Manuel António Miranda Góis;

c) Na diretora da Direção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo, licenciada Susana Margarida Romão Ferreira Soares Paulino;

d) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Alentejo, licenciado Joaquim Manuel Sezões Rodrigues;

e) Na diretora da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Algarve, licenciada Maria Luisa Carneiro Miguel.

4 — Ficam autorizadas as subdelegações destas competências em todos os níveis de pessoal dirigente, nos termos legais.

5 — A presente delegação produz efeitos desde 1 de maio de 2016, considerando-se ratificados todos os atos praticados desde essa data até à publicação da presente deliberação.

25 de maio de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

209813689

#### Deliberação n.º 1304/2016

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Diretor de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospetiva do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. se encontra vago por cessação de funções, a seu pedido, da anterior titular — Arquiteta Maria Isabel Albuquerque Carvalho Seabra — e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica de nível I.

O conselho diretivo do IMT, I. P., em reunião ordinária, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pela alínea f) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, procede à designação, em regime de substituição, para exercer o cargo de direção intermédia de 1.º grau como Diretora de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospetiva do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., a técnica superior, Isabel Maria Pais Abreu Filipe da Silveira Botelho, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016.

A designada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

27 de julho de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

#### Nota Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Isabel Maria Pais de Abreu Filipe da Silveira Botelho  
Data de nascimento: 26 de abril de 1963.

II — Formação académica:

Mestrado em Engenharia Civil — Área de Especialização em Edificações — 2010

Licenciatura em Engenharia Civil — 1993

Bacharelato em Engenharia Civil — 1986

III — Experiência Profissional

Técnica Superior na Direção de Serviços de Gestão de Contratos e Concessões do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., desde agosto de 2015 até ao presente;

Diretora de Planeamento (do setor rodoviário do ex-InIR) do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., de outubro de 2014 a agosto de 2015;

Técnica Superior na Direção de Planeamento (do setor rodoviário do ex-InIR) do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., de junho de 2010 a outubro de 2014;

Assessora na Direção de Processamento e Atendimento do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., de novembro de 2007 a junho de 2010;

Técnica Superior de 1.ª Classe, Principal e Assessora na Direção Geral dos Transportes Terrestres, de dezembro de 2002 a junho de 2010;

Coordenadora de estudos e projetos rodoviários no Instituto para a Construção Rodoviária, de outubro de 2000 a dezembro de 2002;

Técnica Superior de 1.ª Classe na Divisão de Infraestruturas de Transporte da Delegação de Transportes de Lisboa da Direção Geral de Transportes Terrestres, de junho de 1999 a outubro de 2000;

Engenheira Civil Estagiária, de 2.ª Classe e de 1.ª Classe nos Serviços Regionais de Estradas de Lisboa da Junta Autónoma de Estradas, de novembro de 1993 a junho de 1999;

Engenheira Civil na Divisão de Estudos e Projetos do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Loures, de maio a novembro de 1993;

Engenheira Técnica Civil na Divisão de Conservação de Edifícios e Obras Diversas do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lisboa, de junho de 1987 a abril de 1993;

Professora do Ensino Preparatório, de janeiro a junho de 1987;

Participação em júris de mestrado e orientação de trabalhos finais de mestrado.

#### IV — Formação complementar mais relevante

Gestão da Crise e Mudança Organizacional (INA);

BSC — Balanced Scorecard (INA);

Introdução ao ArcGIS Network Analyst, na ótica do planeamento rodoviário (ISEL);

Programação em Excel (INA);

O Novo Código da Contratação Pública (INA)

Especialização em Auditorias a Processos e Sistemas de Informação (INA);

Gestão de Projetos (SG Min. Finanças e Administração Pública)

Área Adjacente à Faixa de Rodagem e Sinistralidade (LNEC);

Formação Complementar em Estradas — Pavimentação, Equipamento de Segurança e Ambiente (ISEL);

Inglês para Relações Internacionais (INA);

Conception et Construction des Chaussées — École Nationale des Ponts et Chaussées — Paris

Software Autocad (JAE);

Software SMIGS (SILVAC).

209813056

#### Deliberação n.º 1305/2016

Considerando o Decreto-Lei n.º 236/2012 de 31 de outubro, que aprovou a orgânica do Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P., alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 77/2014 de 14 de maio, fixa no n.º 1 do seu artigo 3.º, que: «O IMT, I. P., tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento no setor dos transportes terrestres [...]»;

Considerando que, com a implementação das regras do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, se visou diminuir a burocracia, agilizar procedimentos e facilitar o acesso ao exercício de atividades, tornando o mercado de serviços mais competitivo, contribuindo para o crescimento económico e para a criação de emprego;

Considerando que nesse contexto foi publicado o Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, cujas regras visam simplificar o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, designada por *rent-a-car*, quando exercida por prestadores estabelecidos em território nacional;

Considerando que, no exercício da atividade de *rent-a-car* só podem ser utilizados veículos que obedeçam, cumulativamente, aos requisitos elencados no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto;

Considerando que o n.º 2 do artigo 6.º do referido decreto-lei determina que o limite de utilização dos veículos na atividade de *rent-a-car* pode ser excepcionalmente prorrogado por períodos de um ano, até ao máximo de dois anos, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do IMT, I. P.;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, que aprovou a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 77/2014, de 14 de maio e a Portaria n.º 209/2015, de 16 de julho, que aprovou os Estatutos do IMT, I. P., nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei

n.º 51/2005, de 30 de agosto, e ainda dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo,

O Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, delibera delegar nos Diretores Regionais do IMT, I. P., a faculdade de prorrogação do prazo prevista no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 181/2012 de 6 de agosto.

3 de agosto de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elísio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

209812935

## JUSTIÇA

### Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

#### Aviso n.º 10534/2016

No uso da Delegação de Competências que me foi conferida pelo Despacho (extrato), n.º 6923/2016, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 101 de 25 de maio de 2016, faz-se público de que nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à sobredita Lei, que por despacho do Senhor Presidente do Conselho Diretivo deste Instituto datado de 7 de junho de 2016, foi homologada a ata que contém o relatório da avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental da trabalhadora Mariana Sofia Ribeiro Ferreira, recrutada de entre diplomados da 15.ª edição do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), para a ocupação de um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Instituto, com a classificação final de 18 valores, sendo o tempo de duração do referido período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Vanda Simões*.

209811525

#### Aviso n.º 10535/2016

No uso da Delegação de Competências que me foi conferida pelo Despacho (extrato), n.º 6923/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101 de 25 de maio de 2016, faz-se público de que nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à sobredita Lei, que por despacho do Senhor Presidente do Conselho Diretivo deste Instituto datado de 7 de junho de 2016, foi homologada a ata que contém o relatório da avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental da trabalhadora Ana Teresa Costa Galveia, recrutada de entre diplomados da 15.ª edição do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), para a ocupação de um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Instituto, com a classificação final de 18 valores, sendo o tempo de duração do referido período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Vanda Simões*.

209811614

### Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

#### Deliberação (extrato) n.º 1306/2016

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 04 de fevereiro de 2016, foi mantida a comissão de serviço, da Licenciada Paula Cristina de Oliveira Gonçalves Coelho, técnica superior do mapa de pessoal do IRN, I. P., como Diretora do Departamento Financeiro, no cargo de direção intermédia de 1.º grau, com efeitos a contar de 01.05.2016, nos

termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209813842

#### Deliberação (extrato) n.º 1307/2016

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 12 de maio de 2016, foi designado, em regime de substituição, para exercer o cargo de coordenador do Gabinete de Controlo de Gestão e Relações Externas deste Instituto, cargo de direção intermédia de 2.º grau, o licenciado João Carlos Fernandes Tavares de Pina, técnico superior do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., com efeitos a contar de 12.05.2016, e enquanto durar o impedimento do titular, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209813729

## JUSTIÇA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E ECONOMIA

### Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

#### Aviso n.º 10536/2016

Por despacho de S. Ex.ª a Secretária de Estado da Justiça de 3 de agosto de 2016 e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do regulamento da prova de aptidão publicado como anexo à Portaria n.º 1200/2010, de 29 de novembro, publica-se, após homologação, a lista dos candidatos aprovados na prova de aptidão para Agente Oficial da Propriedade Industrial, publicitada através do Aviso n.º 6574/2015, de 15 de junho:

Diogo Xavier Santos de Abreu Barata  
Evangelino Marques Ribeiro  
Fábio Alberto de Sousa Ribeiro  
João Francisco da Cruz Pereira de Sá  
João Manuel Marcelino Dias Zambujal de Oliveira  
João Pereira Cabral  
Lígia Maria Arruda Gata Gonçalves  
Luís Maria Bleck da Silva de Sommer Ribeiro  
Miguel Antunes de Resende  
Pedro José Espanca Bacelar  
Saulo Emanuel Vigário Chanoca

17 de agosto de 2016. — A Presidente do Júri, *Maria Leonor Mendes da Trindade*.

209813631

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, AMBIENTE E MAR

### Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

#### Declaração de retificação n.º 853/2016

Faz-se público que, por meu despacho de 16/08/2016, retifico os pontos 2 e 5 e adito a alínea e) ao ponto 10.2 do Aviso n.º 7419/2016, de 14 de junho, publicado no *Diário da República*, n.º 112, Série II, de 2016-06-14, nos termos a seguir propostos:

Onde se lê:

«2 — As disposições legais aplicáveis são as seguintes: Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro, conjugada com o ponto 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.»;

«5 — Ao concurso podem ser opositores os candidatos que se encontrem nas condições previstas no n.º 1 do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, e que sejam titulares do grau de doutor em bioquímica, biologia molecular e genética, ou área científica